



## HOSPITAL JOÃO ALVES

# MPE vai ajuizar mais uma ação civil contra a FHS

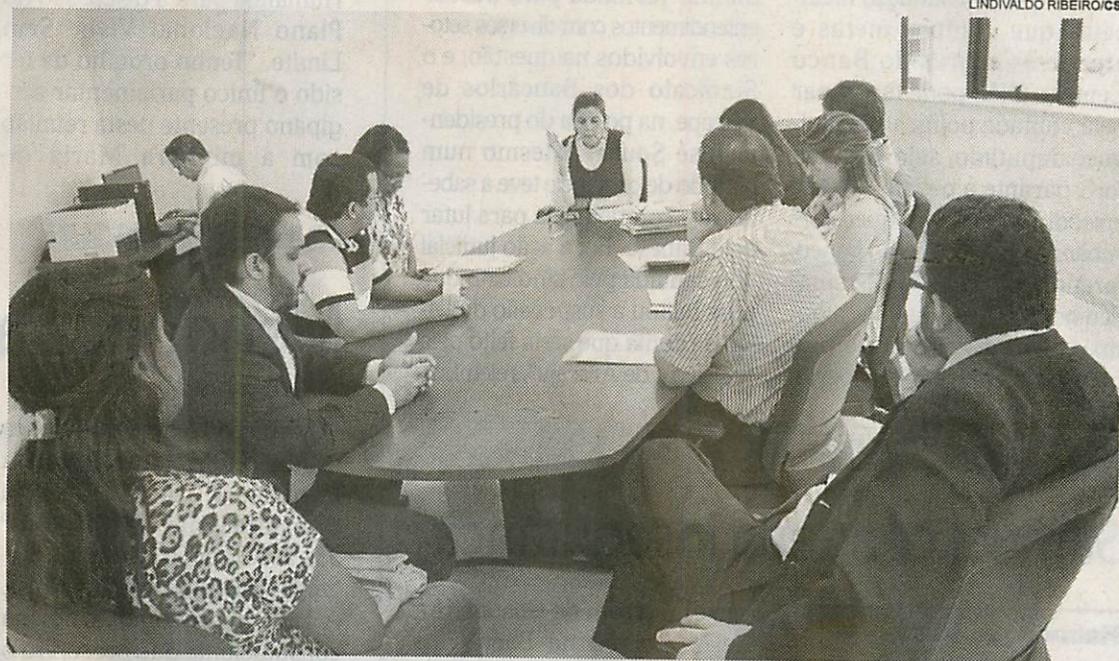
Juliana Moura

O Ministério Público Estadual ajuizará ainda esta semana mais uma ação civil pública contra a Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) devido às irregularidades que foram encontradas pela Vigilância Sanitária, durante inspeção feita no centro cirúrgico do Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF). Segundo a promotora do MPE, Euzá Missano, o órgão não vai aguardar o prazo de 90 dias que foi dado pela Vigilância à Fundação, para que ela regularize a situação porque são questões reiteradas e que já deveriam ter sido solucionadas.

“A Vigilância entregou no dia 2 deste mês à Fundação e à Superintendência do hospital o relatório com irregularidades que foram encontrados durante a inspeção e deu 90 dias para que elas sejam solucionados, mas a própria Vigilância nos informou que essas questões são repetidas, que são dados prazos e eles não são cumpridos. Então não vamos aguardar passar os 90 dias e será ajuizada uma ação civil pública contra a Fundação”, explica.

Ainda de acordo com a promotora, dentre as irregularidades que foram encontradas estão, por exemplo, a mesmas macas que são utilizadas nos centros cirúrgicos são encaminhadas para outros procedimentos, cirurgias sendo realizadas com portas semi-abertas, lâmpadas queimadas e paredes danificadas.

“Foi dito em audiência que a



LINDIVALDO RIBEIRO/CS

■ Durante audiência, MPE tentou pactuar junto à FHS um Termo de Ajustamento de Conduta

Fundação já solucionou algumas das inadequações, principalmente aquelas que são pontuais e de pequeno porte, no entanto, ainda existem outras mais graves que são de ordem sanitária e podem comprometer o funcionamento do centro cirúrgico e a assistência à população”, disse.

E a representante da Vigilância Sanitária, Maria Auxiliadora, confirma que já é feita a fiscalização há algum tempo no centro cirúrgico do hospital e a maioria dos problemas que constam no relatório é recorrente. “Demos 90 dias para as novas adequações porque existem problemas estruturais que são seriam resolvidos em 30 dias. Mas são pontos que já constam em outros relatórios feitos e, de fato, há risco sanitário no local”, declara.

Já segundo Diego Freitas, pro-

curador-chefe da FHS, o prazo dado pela Vigilância ainda não expirou e a superintendência do HGJAF e a Fundação já analisaram o relatório e, inclusive, já resolveram algumas questões. “Neste momento o hospital e a Fundação estão propondo soluções, mas já foram feitas algumas adequações, aquelas que puderam ser feitas em menos tempo”, disse.

E durante audiência realizada no MPE na manhã de ontem, 30, o órgão tentou pactuar junto à FHS um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), porém, ele foi negado pela Fundação. “O MPE propôs que fosse feito um TAC para que a Fundação firmasse o compromisso de regularizar todas as inconformidades encontradas pela Vigilância dentro de 90 dias, mas ainda estamos dentro do prazo que foi dado. Ou seja,

não estamos irregulares. Então vamos esperar o prazo e se ainda tiver declarada alguma irregularidade no centro, aí sim podemos pactuar para resolvermos os problemas”, conclui o procurador-chefe.

### • Outros problemas

Além das irregularidades que foram encontradas pela Vigilância, segundo Euzá Missano, ainda há a superlotação da sala de recuperação pós-anestésica. “Já recebemos denúncias sobre isso também e há a superlotação nessa sala e isso prejudica um pouco a realização das cirurgias porque não existe monitor para todo mundo. Muitas vezes os monitores são retirados das salas de cirurgias para atender um paciente que está na sala de recuperação pós-anestésica. E isso não deve acontecer, ressalta a promotora.

